

## **Quando a Reforma Agrária vai à cidade: Ocupação Amarildo de Souza e a luta por “Terra, Trabalho e Teto” na Região Metropolitana de Florianópolis**

Fernando Calheiros<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho busca analisar a insurgência de uma ocupação organizada no contexto sociopolítico da Região Metropolitana de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. Autodenominado “Ocupação Amarildo de Souza”, o Movimento ganha notoriedade pública nos anos de 2013/14 ao propor realizar de forma singular a união entre as bandeiras de luta do campo e da cidade. Através do lema *Terra, Trabalho e Teto*, apresenta de maneira inédita o novo projeto de Reforma Agrária Popular do MST como perspectiva de ação dentro do espaço metropolitano. Partindo dos estudos críticos sobre a cidade neoliberal, juntamente de uma proposta marxista para análise dos Movimentos sociais, o presente trabalho busca apreender os principais determinantes da insurgência do Movimento propondo identificar elementos que possibilitem uma reflexão acerca das novas formas de ação expressas na atual disputa pela terra, bem como dos limites e desafios colocados às lutas populares em prol de uma maior democratização do espaço urbano no país.

**Palavras-Chave:** Cidade Neoliberal, Movimentos Sociais, Reforma Agrária Popular, Região Metropolitana de Florianópolis.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. End. Eletrônico: fecalheiros79@gmail.com.br

## **Cidade neoliberal e luta de classes no espaço urbano**

De acordo com (HARVEY, 2008), o neoliberalismo pode ser compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que defende a ideia da promoção do bem-estar humano a partir da maximização das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, alicerçadas por sólidos direitos a propriedade privada, bem como ao livre comércio, tendo o Estado o papel de criar uma estrutura institucional a fim de servir aos interesses primordiais do mercado. Para Harvey, uma das características principais da doutrina neoliberal se encontra fundamentada na ideia da mercantilização de todas as ações humanas.

No plano das cidades, o neoliberalismo ganhou força a partir da implementação dos planos estratégicos junto ao planejamento urbano. Sob as diretrizes do Consenso de Washington (1989), as cidades passaram por um processo de investida sem mediações do capital financeiro, apresentando-se como empresas em concorrência pela atração de capitais no cenário do mercado global. Trata-se, como aponta Vainer e Maricato, da cidade vista como um grande negócio, colocada numa condição de mercadoria e administrada na lógica empresarial.

Trata-se da “cidade corporativa” ou da “cidade pátria” que cobra o esforço e o “consenso” de todos em torno dessa visão abrangente de futuro. Para tanto ela deve preparar-se, e apresentar alguns serviços e equipamentos exigidos de todas as cidades globais, tais como hotéis cinco estrelas, centro de convenções, polos de pesquisa tecnológica, aeroportos internacionais, mega-projetos culturais etc., para vender-se como competência. Trata-se agora da “cidade mercadoria” (deve vender-se) e da “cidade-empresa” que deve ser gerenciada como uma empresa privada competente (MARICATO, 2007, p.66).

Com a expansão das políticas neoliberais por todo o continente latino-americano e especialmente no Brasil, a partir das décadas de 1980/90 evidencia-se uma intensificação das contradições e das desigualdades sociais “verificadas a partir do aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, recuo nas políticas sociais, privatizações e mercantilização de serviços públicos, aumento da desigualdade social” (MARICATO, 2007, p.54). Surge então um modelo de urbanização e de cidade submetidos de forma radical aos novos valores impostos por uma economia globalizada.

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente:

favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. [...] Flexível, negocial, negociada, a cidade-negócio se atualiza, quase sempre, através de parcerias público-privadas, com novas formas de relacionamento entre Estado, capital privado e cidade. A contraface da cidade de exceção é uma espécie de “democracia direta do capital” (VAINER, 2013, p.38-39).

A partir do controle dos investimentos públicos, as ações realizadas sob a forma de poder local acabam por estabelecer o Estado como o principal intermediador na distribuição de lucros e rendas. “Há, portanto, uma luta surda pela apropriação dos fundos públicos, que é central para a reprodução da força de trabalho ou para a reprodução do capital” (MARICATO, 2015, p.25). Conforme aponta ainda a urbanista, essa luta se concentra basicamente entre dois grandes polos: de um lado, os trabalhadores de baixa renda pretendendo da cidade o seu valor de uso, e, por outro lado, os mais diversos capitais buscando explorar o espaço urbano em função do seu valor de troca.

Ao longo das últimas décadas muitas mudanças ocorreram no plano do desenvolvimento das cidades brasileiras. Nesse contexto notou-se, como reflexo direto das políticas de concentração e privatização da terra e dos recursos públicos, a constituição de um espaço cada vez mais segregado e em constante tensão e disputa de classes. Conforme ressalta (VILLAÇA, 2001), o espaço urbano<sup>2</sup> opera como um território em constante disputa, onde quanto mais desigual for uma dada realidade social, mais desiguais e injustas serão as condições e os resultados dessa disputa. Assim, a segregação urbana acaba por se constituir como uma importante ferramenta utilizada pelas classes dominantes como forma de potencializar os poderes econômicos e políticos dos quais ela se utiliza nessa disputa. Para Villaça, a segregação é, em última instância, um processo dialético imprescindível para que haja dominação através do espaço.

O que cabe registrar nessas considerações é o caráter de luta da segregação. Trata-se, entretanto, de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente, vitoriosos e derrotados. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca,

---

<sup>2</sup> “O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de luta – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 2003, p.11).

ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor (VILLAÇA, 2001, p.148).

Entretanto, para que se possa apreender tal processo segregatório, se faz necessário uma análise sobre a disputa colocada a partir da conformação e estruturação do espaço tomado pelas cidades em seu contexto neoliberal. Nesse caso, o conflito de classes se coloca como ponto central no que compete às disputas pelas vantagens e desvantagens do espaço urbano construído. Portanto, no que diz respeito às questões relacionadas a atual dinâmica conflituosa em torno da terra urbanizada, verifica-se cada vez mais a intensificação da luta entre classes sociais distintas, uma vez que “as chamadas cidade ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes parcelas de trabalhadores de baixa renda que, por sua vez, se fundem aos marginalizados e desempregados”. (HARVEY, 2013, P.29)

[...] vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. [...] A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. O poder de classes foi restaurado às elites ricas. Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-se cidades “de fragmentos fortificados”, A maioria dos relatos aponta para um desenvolvimento geológico desigual ao longo dos últimos trinta anos de reestruturação neoliberal, tanto internamente quanto entre as cidades. (HARVEY, 2013, P.29)

Por fim, Harvey observa e existência de um descontentamento generalizado que tem origem na organização do espaço, a partir das condições em que se desenvolveram as cidades. O replanejamento do espaço nas metrópoles acaba ocorrendo em razão dos interesses primordiais do capital, não das pessoas. Isso fez com que os lugares de descontentamento e lutas fossem deslocados das fábricas para o espaço urbano. Por isso a cidade se transformou num campo privilegiado para a luta de classes.

### **As especificidades da Região Metropolitana de Florianópolis**

De acordo com (SUGAI, 2009), o processo histórico de urbanização da área conurbada de Florianópolis é marcado por três grandes momentos de ocupação pela população pobre: o primeiro ocorrendo em meados do século XIX, onde a partir da abolição da escravatura inicia-se o processo de ocupação de terras do Maciço do Morro

da Cruz.<sup>3</sup> O segundo momento diz respeito ao processo de migração campo-cidade dos anos de 1960, quando populações camponesas empobrecidas começam chegar a Florianópolis ocupando as encostas do Maciço na parte insular, além das periferias situadas na parte continental da Ilha. Um terceiro momento de expansão das ocupações ocorre na década de 1990, período marcado pelo aumento expressivo das desigualdades sociais a partir do processo de adensamento das favelas locais e da consolidação do fenômeno da segregação socioespacial no contexto conurbado. De acordo com a autora, o crescimento populacional aliado à falta de políticas públicas traz como consequência o surgimento e intensificação dos conhecidos problemas urbanos (falta de infraestrutura e de mobilidade urbana, aumento da violência, degradação ambiental, etc.), colaborando para a criação de novos espaços de pobreza, verificados através da constituição de inúmeras ocupações irregulares.

No que diz respeito ao conjunto dos problemas urbanos, a questão habitacional vem cada vez mais ganhando destaque devido ao severo aumento das contradições inerentes à cidade neoliberal, evidenciadas através do encarecimento da terra urbana, das desigualdades sociais decorrentes desse processo, trazendo como resultado direto o estabelecimento de um espaço urbano cada vez mais segregado social e espacialmente. Através de pesquisas realizadas em 2005 pelo grupo INFOSOLO (IPPUR/UFRJ) foi possível observar a existência de 171 ocupações irregulares na área conurbada de Florianópolis, onde habitavam mais de 14% da população (SUGAI, 2015), demonstrando por sua vez a ocorrência de um crescente processo de favelização e consequente precarização das condições de vida, com destaque para a situação de moradia dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras da região.

A partir dos estudos sobre as contradições e conflitos de classe analisados na Região Metropolitana da Grande Florianópolis<sup>4</sup>, (SUGAI, 2015) verifica a existência de uma lógica através da qual se determina a localização dos investimentos públicos na

---

<sup>3</sup> Localizada na área central da parte insular de Florianópolis, a região é conhecida por abrigar atualmente cerca de 21 comunidades carentes (aproximadamente 26 mil pessoas). Por conta de falta de investimentos públicos e equipamentos urbanos básicos, a maioria das ocupações é de assentamentos precários. Constituído de uma população de extrema vulnerabilidade socioeconômica, o território é reconhecido pela forte presença do tráfico de drogas e altos índices de violência policial.

<sup>4</sup> A Região Metropolitana de Florianópolis foi instituída pelo governo do Estado a partir da Lei Complementar nº 162/1998, de 1998. É constituída atualmente por 9 municípios que compõem o “núcleo metropolitano” e por mais 13 municípios que juntos constituem a “área de expansão Metropolitana”, chegando a somatória de 22 municípios.

conurbação metropolitana e a disposição/distribuição das classes sociais no espaço intraurbano da região. De acordo com tais estudos, foi possível verificar que a classe dominante dirigiu todo o processo de distribuição espacial das classes sociais na área conurbada de Florianópolis, se valendo da apropriação dos territórios nos quais pretendia reunir e disseminar as suas áreas residências e de lazer. Conclui então que:

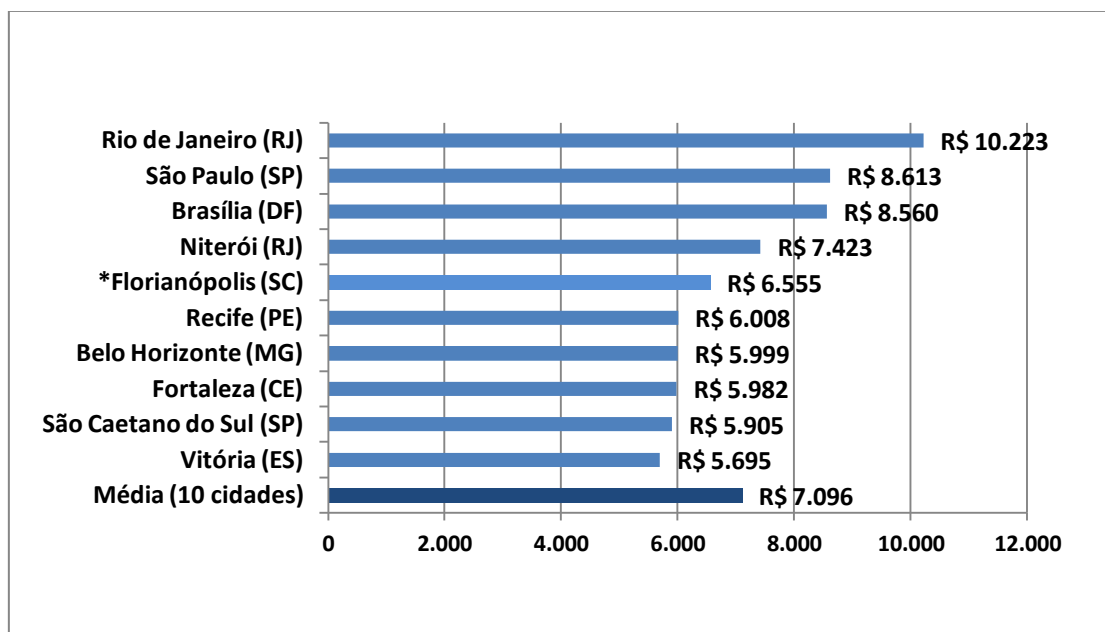
Sob o ponto de vista da classe dominante, foi produzida uma estrutura segregada bem-sucedida, pois, além de ter se apropriado de espaços privilegiados, ter consolidado os bairros segregados, ter produzido a acessibilidade e aproximação entre esses bairros, ter mantido parcela significativa das camadas populares no território continental e, ainda, de ter garantido os constantes e intensivos investimentos públicos no eixo privilegiado da Ilha, conseguiu tornar o seu projeto de cidade hegemônico, obtendo, neste processo, o apoio de parte das classes médias e camadas populares. Durante a formação desta estrutura segregada desempenharam importante papel o fator geográfico e o uso da ideologia (SUGAI, 2004, p.08).

Ainda de acordo com (SUGAI, 2015), a partir da garantia dos constantes investimentos públicos no eixo privilegiado da ilha (em sua maior parte na metade norte), a classe dominante tornou hegemônico o seu projeto de cidade. Com isso, evidenciou-se não somente uma suplantação da segregação da classe dominante nas áreas residenciais, como também uma expressiva e significativa concentração espacial de poder político e econômico, o que se constitui como aparato fundamental para a reprodução das relações de dominação de classe e, conseqüentemente, da perpetuação das desigualdades socioespaciais, mantendo-se desse modo, o crescimento das áreas de pobreza junto ao processo de exclusão social e segregação espacial.

No que compete a crescente valorização imobiliária, segundo Pesquisa do Mercado Imobiliário (PMI) divulgada pela Fecomércio SC em setembro de 2016, em apenas dez meses o Estado de Santa Catarina obteve uma valorização de 37% no mercado de imóveis residenciais para a venda, tendo Florianópolis como a segunda cidade do Estado com maior preço do m<sup>2</sup> quadrado em agosto/2016, ficando atrás apenas do município de Balneário Camboriú. Tanto em nível nacional quanto regional, a capital vem cada vez mais ganhando destaque ao apresentar uma crescente e expressiva valorização do preço da terra.

De décimo a quinto lugar no ranking do índice FipeZap<sup>5</sup> das cidades brasileiras com maior valor do m<sup>2</sup>, foi necessário apenas 18 meses para Florianópolis passar a frente de importantes capitais brasileiras como Recife, Belo Horizonte e Fortaleza, despontando no cenário nacional como uma das cidades brasileiras mais caras para se adquirir uma terra ou um imóvel.

### Valor do m<sup>2</sup> no Brasil – agosto/2016



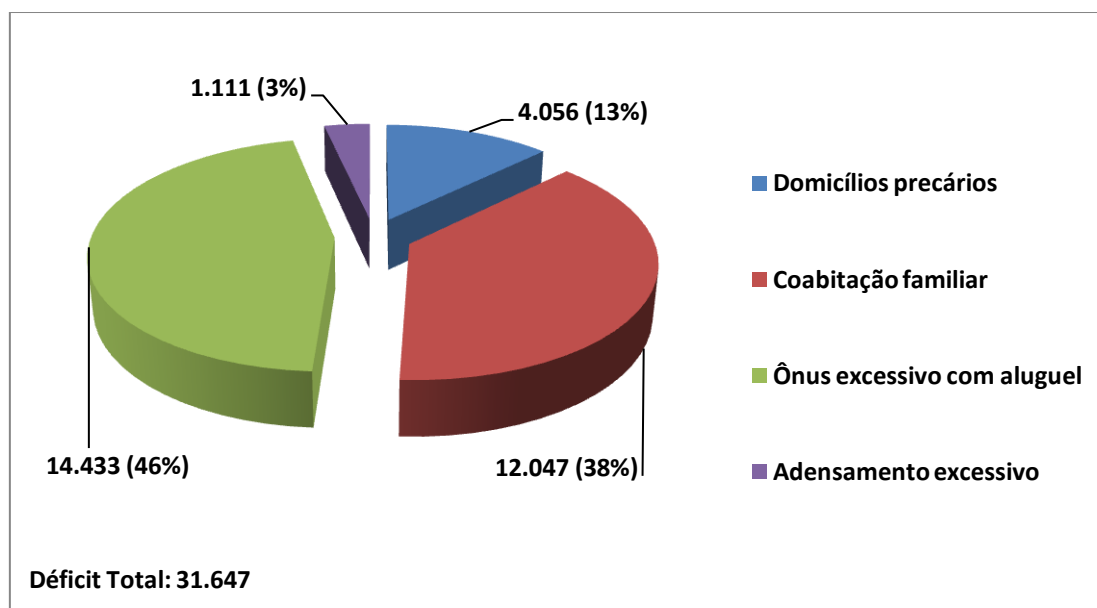
Fonte: Índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros.

Por outro lado, no que diz respeito aos estudos sobre o déficit habitacional da região, a partir de pesquisas realizadas pela Fundação João Pinheiro<sup>6</sup> (FJP) em parceria com o Ministério das Cidades, o número registrado na Região Metropolitana de Florianópolis chegou a uma somatória de 31.647 unidades, apresentando somente na Capital catarinense o total de 14.847 unidades, praticamente o dobro dos 7.852 divulgados pela Prefeitura de Florianópolis através do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS).

<sup>5</sup> O Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados é um indicador de abrangência nacional que acompanha os preços de venda e locação de imóveis no Brasil.

<sup>6</sup> Instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Destaca-se nacionalmente pelo trabalho de elaboração de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais.

## Déficit habitacional por componente - Região Metropolitana de Florianópolis



Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros.

Outro ponto importante que merece destaque refere-se ao número expressivo de domicílios vagos em relação ao total de imóveis ocupados. Observando apenas o caso de Florianópolis, a partir dos dados do Censo demográfico 2010, verifica-se que o número de imóveis não ocupados chama a atenção por apresentar a somatória de 46.691, sendo que deste total, 21.552 se enquadram na categoria de *domicílios particulares não ocupados vagos*, ou seja, há mais casa sem gente do que gente sem casa em Florianópolis.

No tocante às políticas públicas destinadas a combater os altos índices do déficit na região, o programa de habitação do Governo Federal, o Minha Casa Minha Vida, acaba por não minimizar o problema da população mais carente, estabelecendo Florianópolis como uma das capitais do país com menos empreendimentos do programa, principalmente, para o grupo que constitui o núcleo do déficit (faixa 1 - famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600).

É justamente a partir dessa nova conjuntura, marcada pela crescente especulação e valorização da terra urbana, notadamente em Florianópolis, pela falta de políticas habitacionais comprometidas com as parcelas mais empobrecidas dos trabalhadores da região, com o déficit habitacional atingindo mais de 32 mil famílias é que emergem novas ocupações na Região Metropolitana de Florianópolis, entre elas a Amarildo de Souza em dezembro de 2013.



## **Contexto de surgimento e trajetória da Ocupação Amarildo de Souza**

De acordo com estudos realizados (CALHEIROS, 2016), o Movimento que originou a Ocupação Amarildo de Souza<sup>7</sup> é precedido inicialmente por um pequeno grupo de indivíduos e suas respectivas famílias. A construção gradual que forneceu as bases e condições necessárias para a sua emergência decorre antes das experiências de militância e lutas adquiridas enquanto núcleo familiar atuante nos quadros do MST de Santa Catarina. Com a chegada de alguns de seus membros à Região Metropolitana de Florianópolis e a consequente desvinculação do MST por divergências de ordem política, criam-se as condições concretas tanto para a adaptação ao contexto de luta urbana, com trabalhos de militância sendo realizados em duas ocupações já existentes na região, como também para a possibilidade de ampliação de uma proposta unificadora de ação, a qual buscou reunir de forma original e singular, forças sociais expressivas em prol da bandeira de luta por “Terra, Trabalho e Teto”, essa definida a partir do novo projeto de Reforma Agrária Popular do MST.

Sob tal perspectiva, os membros do antigo núcleo do MST/SC começam a trabalhar no sentido da constituição de um grupo cujo qual teria como principal objetivo o estabelecimento das condições para uma aproximação entre indivíduos das mais diversas frentes de luta presentes na região. Tal articulação acabou resultando na criação do que veio a ser denominado pelos próprios integrantes como Brigada Marighella. Chega-se assim ao entendimento de que através da constituição e das ações empreendidas por esse grupo, emerge-se um caldo político e social que acabará corroborando significativamente e de maneira decisiva para a emergência da Ocupação Amarildo de Souza. Tal constatação pode ser verificada através do relato de uma de suas principais lideranças, que ao discorrer sobre o contexto de surgimento, resume de maneira substancial aquilo que compreenderia a genealogia da formação inicial, as estratégias e ações adotadas, assim como a essência do projeto político definido pelo grupo, quando diz que:

Ela é a soma de várias pessoas de várias organizações. A ideia foi se construir isso. Um processo que criasse essa centralidade na ação para a construção dessa experiência rururbana. [...] a partir daí a gente vai começar a trabalhar nas

---

<sup>7</sup> Nome escolhido em homenagem ao ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza (Rio de Janeiro, 1965-2013) morador da favela da Rocinha. Torturado e assassinado pela Polícia Militar, sua história tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial contra a população negra das periferias e favelas.

frentes de massa e conhecer um pouco a história do que era esse processo, dessa visão rururbana de Reforma Agrária, que é criar a Reforma Agrária, criar a possibilidade de se plantar dentro da cidade. Esse era o enfoque inicial dela. Ela tem essa necessidade porque a história da Brigada Marighella vem também vinculada a isso, a noção de que tinha que se trabalhar mais dentro da cidade, de que tinha que se buscar uma Reforma Agrária Popular, de que a gente tinha que romper com a visão de lote. Então ela vem com todas essas novidades (Depoimento do Entrevistado 2).

Buscando conciliar as reivindicações e lutas do campo e da cidade, sua organização política toma uma conformação singular ao apresentar uma proposta de união entre as formas de ação e organização já consolidadas pelos movimentos sociais de luta pela terra (MST), junto a concepções teóricas advindas do campo da esquerda partidária, por sua vez com forte vinculação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dessa convergência entre movimento social e partido político surge um modelo de vanguarda fundamentado na ideia de centralidade na ação, ou seja, do predomínio da ação direta como forma estrutural e balizadora da organização e ação política.

Com o propósito de se criar possibilidades de atuação no litoral catarinense, a Brigada Mariguella dá o primeiro passo em direção a concretização de seu projeto de Reforma Agrária Popular ao promover, através de sua primeira ação direta como grupo independente, uma ocupação de caráter rururbana dentro do município de Florianópolis.

É nesse contexto que a gente organiza a ocupação da SC-401. Com seis meses de antecedência nós começamos a frente de massa, o que já fazíamos na época do MST, mas agora com direcionamento para essa nova possibilidade de haver outro tipo de participante, com famílias mais da periferia que lutassem por moradia. Não só por moradia, mas também por possibilidade de terra para plantar e produzir. Dentro dessa perspectiva é que no dia 16 de Dezembro de 2013 nós definimos a entrada no terreno da SC-401. A primeira ação direta do grupo como independente do MST (Depoimento do Entrevistado 3).

Ao longo de sua trajetória, o Movimento percorreu três localidades distintas entre si, ocupando inicialmente, em dezembro de 2013, um terreno localizado às margens da SC-401, principal rodovia de acesso às praia da região norte do município de Florianópolis. Com apenas 45 dias de ocupação, o Movimento já contabilizava cercar de 700 famílias acampadas, distribuídas em mais de 300 barracões, o que logo chamou a atenção da população e imprensa locais, devido principalmente ao fato de manter proximidade a Jurerê Internacional, o bairro com o m<sup>2</sup> mais valorizado da capital catarinense.

Durante os 120 dias em que permaneceram no terreno, muitas ações foram realizadas conjuntamente com a rede de apoiadores, como marchas e audiências públicas, além da confecção de inúmeros informativos e reuniões visando a permanência da ocupação no local. Mesmo diante da constatação da condição de ilegalidade de posse do suposto proprietário, confirmada através de vistoria técnica pela Secretaria do Patrimônio da União de Santa Catarina, identificando a área como patrimônio da União, a decisão tomada pelo juizado agrário do Estado via audiência de conciliação ratificou a condição de grilagem da terra ao dar ganho de causa ao empresário grileiro, estabelecendo ao mesmo tempo uma ordem judicial de despejo às famílias da ocupação.

Transferidas temporariamente em abril de 2014 para uma Terra Indígena Guarani em processo de demarcação, localizada a cerca de 50 km de distância de Florianópolis, no município de Palhoça, a ocupação passa a enfrentar seu momento mais crítico, ao perder de uma só vez cerca de 600 famílias no processo de despejo do terreno da SC401. A saída em massa das famílias acaba gerando graves prejuízos a condição de continuidade da luta. A partir daí, a coordenação passa a enfrentar sérias dificuldades com relação à organização e manutenção de sua base social.

Com o prazo acordado com a comunidade guarani chegando ao fim, numa tentativa de pressionar o INCRA para que houvesse a disponibilidade de uma nova área para assentamento das famílias, a coordenação da ocupação organiza em junho de 2014 um acampamento na superintendência do próprio Instituto. Pressionado pelo Movimento como também por determinação judicial, o INCRA propõe nova área, onde por meio da aprovação da coordenação é realizada a transferência no dia 3 de julho de 2014 para um terreno localizado no município rural de Águas Mornas, na Região Metropolitana de Florianópolis.

Passados quase quatro anos da chegada das famílias em Águas Mornas, várias foram as dificuldades e problemas enfrentados, desde a ocorrência de conflitos internos e desestruturação da organização política, até a falta de condições adequadas de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos básicos, tornando difícil a permanência das famílias no local. No entanto, a nova coordenação e o pequeno grupo de famílias concentram atualmente seus esforços na elaboração de um projeto de produção de alimentos orgânicos a partir de uma proposta agroecológica, visando garantir, principalmente, as condições necessárias para promoverem a soberania alimentar das famílias e a autossuficiência econômica do assentamento como um todo. Contando com

apoio de grupos e entidades filantrópicas já conseguiram viabilizar a instalação da energia elétrica, além da construção de um galinheiro coletivo e de um apiário.

A sua última grande vitória foi a da conquista efetiva da terra em outubro de 2017, estabelecida a partir do processo de regularização do acampamento pelo INCRA, por meio da criação de portaria que, entre outras coisas, contou com a elaboração de um Estudo de Viabilidade Técnica, bem como da construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável realizados pela atual coordenação, contribuindo de maneira decisiva para a consolidação do processo de assentamento das famílias remanescentes no município de Águas Mornas.

### **Composição Social, Projeto Político e Rede de Apoio**

A partir do contexto de surgimento e trajetória, procurou-se analisar o que se apresentou como sendo os principais determinantes do objeto em análise: a origem e composição da base social, o estabelecimento do projeto político proposto pela coordenação, bem como as forças sociais que deram sustentação ao Movimento durante boa parte de sua trajetória. Para tanto, lançamos mão da perspectiva marxista para análise dos movimentos sociais apresentada por (GALVÃO, 2011), balizadas por três proposições gerais, a saber: a posição de classe dos participantes do Movimento, a sua condição pluriclassista, e a centralidade da oposição capital/trabalho. Desse modo, procurou-se estabelecer as condições necessárias para apreensão dos pontos considerados de maior relevância, propondo-se, por fim, realizar uma reflexão crítica acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios colocados ao Movimento.

Ao considerar a proposição sobre a *posição de classe dos participantes do Movimento*, verificou-se que a conformação singular tomada pela base social da Ocupação Amarildo apontou para uma composição marcada pela presença majoritária de segmentos pauperizados das classes trabalhadoras da Grande Florianópolis. Procedentes das áreas periféricas mais empobrecidas da região, as famílias participantes da ocupação - muitas dessas migrantes de diversos Estados brasileiros (com forte domínio da região Sul) - podem ser consideradas, a partir de sua condição objetiva atual, como parte expressiva da população apartada tanto da “cidade legal” quanto do trabalho formal. Ou seja, trata-se, no entanto, de precisá-los como a parcela de trabalhadores urbanos na condição de sem-teto, subempregados, informais ou

desempregados, que atualmente encontram-se submetidos a um processo de lumpenização na cidade.

Com relação ao teor do projeto defendido, verifica-se não só uma identificação como também uma vinculação direta a nova proposta de Reforma Agrária do MST. Ao procurar incluir os trabalhadores urbanos presentes nas periferias da região na luta pelo acesso a terra e moradia, ao mesmo tempo em que promove a ocupação do terreno grilado da SC-401, o Movimento Amarelado acaba por apropriar-se, ao seu modo, do novo programa do MST, assumindo-o como projeto político.

De fato, a proposta geral apresentada pelo VI Congresso Nacional do MST em fevereiro de 2014, que inclusive contou com a presença de militantes da Ocupação Amarelado, pode ser aqui considerada como um dos elementos essenciais para a apreensão tanto da origem como dos fundamentos e objetivos traçados pelos próprios “Amarelos”. Embora possam existir divergências no que se refere às escolhas sobre as melhores estratégias e táticas para se alcançar o objetivo de superação do modo de produção capitalista, assim como da orientação teórico-política a ser adotada, o que se pode considerar é o fato de se tratar de um único projeto, o qual vem sendo trabalhado de maneira distinta por ambos os Movimentos, e que, apesar de diferenciados em sua composição e perspectiva política, acabam apresentando consideráveis semelhanças no que diz respeito à necessidade e urgência da retomada da luta por Reforma Agrária no país.

Já a questão referente aos princípios e valores ligados ao projeto acaba ganhando considerável destaque ao assumir um papel importante com relação aos objetivos traçados pelo Movimento, fato este que nos leva a considerar a segunda proposição para uma análise marxista, a partir da relevância tomada pela *centralidade da oposição capital/trabalho* no projeto político adotado pela coordenação. Pois, ao propor uma forma de superação do modelo capitalista de produção - baseado na relação de sujeição do trabalho ao capital – o projeto acaba investindo contra um dos principais pilares de sustentação da ordem capitalista, a saber, a propriedade privada (com a proposta da conquista e socialização da terra juntamente à supressão da exploração da força de trabalho). Antes de tudo, a proposta de Reforma Agrária Popular oriunda do MST revela o conteúdo político-ideológico presente no projeto ao buscar assumir uma posição enquanto movimento antissistêmico e classista, apresentando-se em contraposição às relações capitalistas de produção, baseadas na exploração do trabalho e na propriedade privada.

Por fim, a unificação entre diversos setores da sociedade civil a partir do estabelecimento da rede de apoio coloca-nos diante da consideração acerca da terceira proposição para uma análise dos movimentos sociais, a de sua *condição de Movimento pluriclassista*. Essa possibilidade ocorre, principalmente, pelo fato da rede de apoio ter conseguido reunir um significativo número de grupos e indivíduos advindos, muitos deles, dos setores médios da sociedade que, embora possam assumir uma identificação anticapitalista, não necessariamente estariam apoiando a ocupação por uma necessidade material concreta.

De modo geral, tal aglutinação de forças aliadas pode ser compreendida como um dos grandes feitos realizados pelo Movimento, principalmente quando levado em conta a capacidade de articulação entre setores que não possuíam um histórico de ação conjunta na região Metropolitana de Florianópolis. Em sua maioria dispersos por lutas setorializadas e sem um sujeito político que conseguisse unificá-los, o Movimento Amarildo adquire uma condição pluriclassista ao propor, a partir de sua reivindicação, não só os reunir, como também criar uma possibilidade concreta de unidade classista em torno de seu projeto de Reforma Agrária. Ao contar com ampla participação envolvendo uma dezena de sindicatos, partidos políticos progressistas e de esquerda, coletivos anarquistas e universitários, movimentos sociais e os mais diversos militantes independentes e ativistas engajados, a rede de apoio trouxe à cena política local algo singular no que diz respeito ao poder de enfrentamento direto contra as forças conservadoras da região. A contraposição político-ideológica acionada através da luta pela conquista da terra insurgiu, nessa conjuntura de luta, como uma possibilidade de resistência e enfrentamento real frente ao projeto neoliberal de cidade.

### **Problemas, Dificuldades e Desafios**

Observou-se que o período referente a ocupação do terreno em área urbana se apresentou, sem dúvida, como um dos momentos mais decisivos em relação a possibilidade de continuidade e consolidação da luta. Nesse sentido, o processo de despejo se coloca como um divisor de águas no tocante a análise de sua trajetória, uma vez que é a partir da desocupação do terreno da SC-401 que os problemas e dificuldades surgem de forma mais rigorosa.

Ao decidirem pela desocupação, com a concordância do cumprimento do acordo de despejo e transferência das famílias para a T.I do Morro dos Cavalos, inicia-se um

processo de institucionalização pelo Estado via INCRA. Essa tomada de decisão acaba trazendo como resultado imediato a fragmentação e dissolução drástica de sua base social, fator que acaba contribuindo significativamente para a dispersão e a conseqüente saída em massa das famílias. Ou seja, no próprio processo de transferência, a maior parte das famílias participantes da ocupação da SC-401 acabam abandonando a luta por Reforma Agrária.

Com a mudança para o município rural de Águas Mornas, se distanciando ainda mais da proximidade com a capital, principalmente pela questão de emprego e renda, das 20 famílias que resistiram ao duro período enfrentado no Morro dos Cavalos poucas foram as que conseguiram continuar acampadas, tendo em vista a condição precária e a distância de Florianópolis. Por conseguinte, tem-se como resultado do período aproximado de quatro anos de acampamento em Águas Mornas a extinção praticamente completa da base social conquistada na época da ocupação em área urbana, restando hoje, entre aqueles que saem e voltam, cerca de aproximadamente 8 famílias assentadas.

Isto posto, pressupõe-se que devido as experiências de militância adquiridas por algumas de suas principais lideranças junto ao MST, as ações promovidas pelo Movimento Amarildo acabaram por sofrer forte influência das formas provenientes da luta do campo. Essa relação direta com as práticas do MST certamente proporcionou dificuldades para determinar, através da referência empírica da luta adquirida no contexto rural, a multiplicidade de contradições verificadas a partir da cidade neoliberal como, por exemplo, a complexa teia de determinações de ordem financeira e especulativa sobre a terra urbana, dos grupos e forças que compõem as classes dominantes e de sua influência sobre o poder público e mídias empresariais, da dinâmica acirrada entre setores do capital imobiliário frente à disputa pela terra, principalmente, no município de Florianópolis, além é claro, das próprias implicações que se colocam diante da arregimentação de uma base social urbana a partir de um projeto, que antes de tudo, traz como essência uma proposta de “recampesinização”, ou seja, do retorno ao modo de vida camponês e as atividades de trabalho a ele ligadas. Trata-se, entretanto, de uma nova conjuntura que, diferentemente da luta contra os grandes latifundiários rurais e o agronegócio, impõe a necessidade de outras formas de ação e enfrentamento em torno da disputa pela terra.

Além disso, o processo verificado a partir da luta por Reforma Agrária no contexto urbano nos abre precedentes para considerar a possibilidade de haver uma aproximação maior justamente com a pauta contrária a que foi estabelecida como

prioridade, ou seja, da necessidade e urgência das famílias por moradia. Questão que inclusive foi apontada pela própria coordenação como sendo um dos principais fatores de contribuição, tanto para o processo de massificação quanto ao de desarticulação de sua base social. Considerando a importância que carrega, sugere-se que grande parte das famílias aderiu a ocupação buscando, sobretudo, sanar seu problema mais urgente, ou seja, a melhoria das condições de vida na cidade a partir da saída do aluguel junto à possibilidade da conquista da moradia.

O momento atual do Acampamento Amarildo ainda se constitui como uma incógnita. Sua condição é senão outra que a mesma vivenciada por milhares de famílias pauperizadas da Grande Florianópolis, ou seja, de isolamento e segregação da cidade, sofrendo as mais duras privações relacionadas à falta de acesso aos equipamentos e serviços urbanos de primeira necessidade como saneamento, transporte, hospitais, escolas, moradia adequada, etc.

Certamente, um dos principais desafios era o da consolidação do assentamento no município rural de Águas Mornas, o que já foi conquistado. Entretanto, talvez o maior, mais significativo e importante desafio imposto a atual coordenação do acampamento ainda seja o da superação do problema que os persegue desde o seu surgimento, fruto do resultado das escolhas tomadas pelo modelo organizativo juntamente do projeto político defendido ao longo de sua trajetória, e que, somados as inúmeras dificuldades e problemas externos enfrentados acabaram por determinar seu paradoxo atual: antes tinham famílias, mas não havia a terra para trabalhar e morar. Agora existe a terra, no entanto o acampamento ainda não dispõe das condições materiais necessárias e, principalmente, de um número significativo de famílias que possibilite tocar de maneira eficiente o seu projeto.

Dessa forma, impõe-se novamente a condição inicial vista a partir da necessidade de arregimentação de novas famílias para que se consiga, de fato, dar sequência e desenvolvimento aos trabalhos do Assentamento. A contradição (pauta agrária X base social urbana) que os acompanhou desde o início ainda perdura, uma vez que continua lhe faltando o mais essencial e imprescindível à luta e continuidade do Movimento: a adesão dos trabalhadores urbanos ao projeto de Reforma Agrária proposto para a Região Metropolitana de Florianópolis.



## Referências

CALHEIROS, F. *“Terra, Trabalho e Teto”*: Movimento de Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

GALVÃO, A. *Marxismo e Movimentos Sociais*. Crítica Marxista, n.32, p. 107-126, 2011.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* /Ermínia Maricato... [ET AL.]. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo : Edições Loyola, 2008.

MARICATO, E. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. In: JUNIOR, O.A.S; RIBEIRO, L.C.Q; (Orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

\_\_\_\_\_. *Para entender a crise urbana*. 1.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2015.

SUGAI, M. I. Há favelas e pobreza na “Ilha da magia”? In: ABRAMO, P. (Org.). *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: ANTAC, 2009, vol. 10, p.162-199, (Coleção Habitare).

\_\_\_\_\_. *Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

\_\_\_\_\_. *Ações do poder público na produção da segregação espacial urbana*. Disponível:<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1048>>.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* /Ermínia Maricato... [ET AL.]. 1.ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel : FAPESP : Lincoln Institute, 2001.